

# GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DA BAHIA

### PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

#### NÍVEL SUPERIOR

## CARGO: ANALISTA DE PROCURADORIA TEMPORÁRIO

### APOIO JURÍDICO – TIPO A

FRASE: “**Não permita que os medos te limitem e arrisque tentar.**”  
(Transcrever a frase acima para a folha de resposta)

#### SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **100 (cem)** questões objetivas; e
- Um **Cartão de Respostas** destinada às respostas das questões objetivas.

#### TEMPO

- **04h (quatro horas)** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão de Respostas** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo esse **caderno de prova**.

#### NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.

#### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o **CARGO** deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas**.
- Identifique no **Cartão de Respostas** o **TIPO de caderno de prova**, a não identificação no **Cartão de Resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **Cartão de Respostas**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Edital, no **Caderno de Prova**, e no **Cartão de Respostas**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal **Caderno de Prova** e o **Cartão de Respostas** devidamente assinada, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br), juntamente com os **Cadernos de Prova**, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



## CONHECIMENTOS GERAIS

### Língua Portuguesa

Texto para as questões 1 e 2.

#### AÍ PELAS TRÊS DA TARDE

1 Nesta sala atulhada de mesas, máquinas e papéis, onde invejáveis escreventes dividiram entre si o bom senso do mundo, aplicando-se em ideias claras apesar do ruído e do mormaço, seguros ao se pronunciarem sobre problemas que afligem o homem moderno (espécie da qual você, milenarmente cansado, talvez se sinta um tanto excluído), largue tudo de repente sob os olhares à sua volta, componha uma cara de louco quieto e perigoso, faça os gestos mais calmos quanto os tais

5 escribas mais severos, dê um largo “*ciaio*” ao trabalho do dia, assim como quem se despede da vida, e surpreenda pouco mais tarde, com sua presença em hora tão insólita, os que estiveram em casa ocupados na limpeza dos armários, que você não sabia antes como era conduzida. Convém não responder aos olhares interrogativos, deixando crescer, por instantes, a intensa expectativa que se instala. Mas não exagere na medida e suba sem demora ao quarto, libertando aí os pés das meias e dos sapatos, tirando a roupa do corpo como se retirasse a importância das coisas, pondo-se enfim em vestes mínimas, quem sabe

10 até em pelo, mas sem ferir o pudor (o seu pudor, bem entendido), e aceitando ao mesmo tempo, como boa verdade provisória, toda mudança de comportamento. Feito um banhista incerto, assome depois com sua nudez no trampolim do patamar e avance dois passos como se fosse beirar um salto, silenciando de vez, embaixo, o surto abafado dos comentários. Nada de grandes lances. Desça, sem pressa, degrau por degrau, sendo tolerante com o espanto (coitados!) dos pobres familiares, que cobrem a boca com a mão enquanto se comprimem ao pé da escada. Passe por eles calado, circule pela casa toda como

15 se andasse numa praia deserta (mas sempre com a mesma cara de louco ainda não precipitado), e se acheque depois, com cuidado e ternura, junto à rede languidamente envergada entre plantas lá no terraço. Largue-se nela como quem se larga na vida, e vá fundo nesse mergulho: cerre as abas da rede sobre os olhos e, com um impulso do pé (já não importa em que apoio), goze a fantasia de se sentir embalado pelo mundo.

NASSAR, R. Menina a caminho. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

1. No texto, o enunciador avalia negativamente sua vida e seu comportamento, sugerindo a necessidade de

- (A) mudança de pensamento para se esforçar mais no trabalho.
- (B) maior atenção e responsabilidade na execução do trabalho de escrevente.
- (C) coragem para falar com o supervisor sobre a possibilidade de aumento de salário.
- (D) mudança que depende de um desprendimento e um abandono da “vida moderna”.

2. No aspecto semântico, o título do texto denota o cerne da intenção reflexiva proposta pelo autor. Considerando-se o exposto, assinale a alternativa cujo trecho, de forma figurada, aproxima-se de tal perspectiva.

- (A) “Os que estiveram em casa ocupados na limpeza dos armários, que você não sabia antes como era conduzida”.
- (B) “Nesta sala atulhada de mesas, máquinas e papéis, onde invejáveis escreventes dividiram entre si o bom senso do mundo”.
- (C) “Suba sem demora ao quarto, libertando aí os pés das meias e dos sapatos, tirando a roupa do corpo como se retirasse a importância das coisas”.
- (D) “[...] O bom senso do mundo aplicando-se em ideias claras apesar do ruído e do mormaço, seguros ao se pronunciarem sobre problemas que afligem o homem”.

3. Quanto ao emprego correto de “X” e “CH”, a alternativa que apresenta todos os vocábulos grafados de acordo com as regras de ortografia é:

- (A) Ameixa – enxumaçar – creche.
- (B) Mecha – caxumba – anchova.
- (C) Xaxim – enxente – enxarcar.
- (D) Debochar – fetixe- maxiche.

4. De acordo com as regras ortográficas, pode-se afirmar que o conjunto de palavras que apresenta todos os vocábulos grafados adequadamente é:

- (A) Açafração – gase – piassava.
- (B) Ricaço – osmoze – maizena.
- (C) Imersão – missanga – jagunso.
- (D) Compulsório – exceção – deslize.

5. Dentre os conjuntos de palavras apresentados a seguir, assinale aquele no qual todos os termos seguem a mesma regra de acentuação que o vocábulo “máquina”.

- (A) Insólita – mínimas – puríssimo.
- (B) Importância – bíceps – tríceps.
- (C) Indesejáveis – hídrica – fórceps.
- (D) Comentários – convém – provisória.

6. Considerando que a prosódia se refere à preocupação com a escolha correta da sílaba tônica no momento em que se pronuncia uma palavra, assinale a alternativa cujo termo em destaque está corretamente grafado em relação às regras de acentuação e à prosódia.

- (A) O **ávaro** acumulou riquezas durante toda a vida, mas no final percebeu que o verdadeiro valor estava nas relações humanas e não nas posses materiais.
- (B) A **rúbrica** do professor na prova de matemática era tão pequena que os alunos precisavam de uma lupa para decifrar suas anotações.
- (C) O professor de matemática era conhecido por seu estilo **austero**, mas sua paixão pela disciplina era evidente em cada aula.
- (D) O **dispar** de opiniões entre os membros do júri tornou a decisão final do caso ainda mais difícil.

7. A regra de uso de pronome identificada na sentença “[...] assim como quem se despede da vida[.]” é igualmente empregada em:

- (A) O escriturário me perguntou o que eu estava fazendo.
- (B) Todos se comoveram diante do discurso de despedida dele.
- (C) O bom senso do mundo, aplicando-se em ideias imaginárias.
- (D) Chamaram-no para ser sócio da empresa em que ele trabalhou.

8. Dentre as sentenças dadas a seguir, assinale aquela na qual o pronome de tratamento foi corretamente empregado.

- (A) Vossa Reverendíssima, sacerdote deste local, almoçará conosco hoje.
- (B) Vossa Magnificência, cardeal desta instituição, viajará daqui três meses.
- (C) Vossa Eminência, reitor desta universidade, palestrará no auditório às 18h.
- (D) Vossa Majestade, duque da Inglaterra, fará uma visita importante na Austrália.

9. Na sentença “[...] **suba** sem demora ao quarto, **libertando** aí os pés [...]”, os termos em destaque estão, respectivamente, no modo/forma:

- (A) Indicativo e infinitivo.
- (B) Subjuntivo e gerúndio.
- (C) Imperativo e gerúndio.
- (D) Imperativo e participio.

10. A sentença “Largue-se nela como quem se larga na vida [...]” apresenta a voz verbal

- (A) ativa.
- (B) reflexiva.
- (C) passiva sintética.
- (D) passiva analítica.

11. Na sentença “[...] **componha** uma cara de louco [...]”, se o termo destacado fosse conjugado na 1ª pessoa do singular do modo subjuntivo, no pretérito-mais-que-perfeito composto, ter-se-ia:

- (A) tenha composto.
- (B) tenho composto.
- (C) tendes composto.
- (D) tivesse composto.

12. A concordância consiste em se adaptar à palavra determinante ao gênero, ao número e à pessoa da palavra determinada. Considerando-se isso, a sentença que se adequa às regras de concordância nominal é:

- (A) Ele chegou para trabalhar meio-dia e meio.
- (B) As declarações seguem em anexas no e-mail.
- (C) A ação do meliante gerou um crime de lesa-pátria.
- (D) No mundo atual, precisamos de mais amores e menos brigas.

13. Considerando que a concordância verbal é a relação harmônica entre verbo e sujeito, assinale a sentença na qual a concordância é feita de acordo com as regras da gramática normativa.

- (A) Alugam-se casas para férias de verão.
- (B) Vende-se apartamentos na região metropolitana.
- (C) Os tais 10% do salário estará empregado na viagem.
- (D) Esse 1% dos funcionários deverão submeter-se ao exame.

14. A regência configura-se como o processo sintático em que uma palavra determinante subordina uma palavra determinada – de modo que, nas construções analíticas, a marca de subordinação é expressa pela preposição. Nesse sentido, dentre as sentenças a seguir, aquela que segue corretamente as regras de regência é:

- (A) O médico aspirava uma promoção.
- (B) Semana passada, eles assistiram ao jogo.
- (C) A jovem pagou às compras ao comerciante.
- (D) Fui à São Paulo encontrar alguns investidores.

15. A vírgula é um sinal de pontuação usado para indicar pequenas pausas durante a leitura, além de separar termos no enunciado para evitar ambiguidade na interpretação. Nesse sentido, dentre as sentenças apresentadas a seguir, assinale aquela na qual o emprego de tal pontuação é realizado adequadamente.

- (A) Não posso lhe dizer, com certeza respondi eu.
- (B) D. Pedro II, imperador do Brasil teria gostado de ser professor.
- (C) Drummond sua fonte de inspiração, para escrever seus livros é sua cidade.
- (D) Eu mesma, até então, não conhecia as lojas disponíveis neste lindo shopping.

## Raciocínio Crítico

16. Em uma licitação para fornecimento de bebidas não alcoólicas, participaram os representantes José, Marcos, Danilo e Wilson. Durante a apresentação das propostas José encontrava-se com a melhor oferta; Marcos não estava em primeiro na classificação; Danilo tinha proposta pior que Marcos; e Wilson tinha preços superiores ao de Danilo. Nessa situação, é correto afirmar que o representante com a segunda melhor proposta foi:

- (A) José.
- (B) Danilo.
- (C) Marcos.
- (D) Wilson.

17. Joaquim, um advogado residente na cidade X, marcou uma reunião a ser realizada na cidade Z com Pedro, Antônio e Rafael, a fim de discutir um importante caso. Ao organizar o transporte até o local marcado, ele descobriu que:

- Antônio não tem carro e mora mais perto de Joaquim.
- Pedro tem carro e mora mais próximo de Antônio.
- Antônio não tem carro e mora em outro estado.
- Joaquim mora próximo de Rafael que tem carro e mora entre Antônio e Pedro.

De acordo com as informações prestadas, considerando que os quatro viajarão juntos, a pessoa mais adequada para dar carona aos demais é:

- (A) Antônio
- (B) Joaquim.
- (C) Pedro.
- (D) Rafael.

18. Devido à concessão de anistia aos devedores de impostos pela Secretaria Municipal de Justiça do Município de Beta, será necessária a digitalização de diversos processos administrativos. Na distribuição das tarefas, Fábio ficou responsável pela digitalização de 124 processos; Thaís, pela digitalização de 238 processos; e Oscar, pela digitalização de 368 processos.

Após a digitalização de 100 processos, Oscar teve de ser afastado por problemas médicos, de modo que os processos que os demais processos sob sua reponsabilidade foram distribuídos a Fábio e à Thaís, de modo que ambos ficassem com a mesma quantidade de processos.

Ante as informações expostas, pode-se afirmar que a quantidade de processos transferidos de Oscar para Fábio foi de:

- (A) 57 processos.
- (B) 123 processos.
- (C) 191 processos.
- (D) 200 processos.

19. Rodrigo, casado com Sissi, é um rapaz alto que gosta da cor verde e seu vizinho, um rapaz magro, prefere a cor azul. Alex, rapaz baixo, vizinho de Clarice, prefere a cor amarela. Ivan, de estatura mediana, gosta de azul e é vizinho de Mário, um rapaz baixo que gosta da cor preta e também é vizinho de Clarice. Diante de tal cenário, pode-se afirmar que o vizinho de Rodrigo é:

- (A) Ivan, que prefere a cor azul.
- (B) Mário, que prefere a cor preta.
- (C) Clarice, que prefere a cor azul.
- (D) Alex, que prefere a cor amarela.

<b>RASCUNHO</b>
-----------------

**20.** Para participar de um evento jurídico voltado aos operadores do direito, os interessados devem fazer sua inscrição e seu credenciamento. Com base nessa premissa, é correto afirmar que, se um profissional

- (A) fizer a inscrição e fizer o credenciamento, ele não poderá participar do evento.
- (B) fizer a inscrição, mas não fizer o credenciamento, ele pode participar do evento.
- (C) não fizer a inscrição, mas fizer o credenciamento, ele pode participar do evento.
- (D) não fizer a inscrição ou não fizer o credenciamento, ele não poderá participar do evento.

**21.** Observe as seguintes premissas com relação aos amigos Jorge, Pedro, Manuel e Paulo:

- Jorge é casado ou Pedro é casado.
- Se Jorge é casado, então Manuel é solteiro.
- Manuel é casado se, e somente se, Paulo é solteiro.
- Paulo é solteiro.

Considerando tais premissas, pode-se afirmar que:

- (A) Manuel e Paulo são solteiros.
- (B) Pedro e Manuel são casados.
- (C) Jorge e Paulo são solteiros.
- (D) Jorge e Pedro são casados.

**22.** A 4ª Delegacia Especializada de um município, visando coibir a prática do crime de tráfico de drogas na região, promoveu uma extensa operação policial, tendo logrado êxito em efetuar a prisão de 5 suspeitas de fazer parte da quadrilha conhecida como “GRL Gang”. Tais suspeitas foram prontamente levadas à interrogatório, prestando depoimento acerca de seu envolvimento com a quadrilha. Diante de tal, Maria Clara afirmou: “sou inocente”. Ana Paula, por sua vez disse que “Adriana é a culpada”. Adriana afirmou que “Joana é a culpada”. Rafaela diz que “Maria Clara disse a verdade” e Joana, por sua vez, afirma que “Ana Paula mentiu”.

Sabendo que apenas uma das mulheres fez uma afirmação falsa, a verdadeira integrante da quadrilha em questão é:

- (A) Joana.
- (B) Adriana.
- (C) Ana Paula.
- (D) Maria Clara.

**23.** Uma consulta pública acerca de dois projetos de lei contou com a participação de 100 pessoas. Após a consolidação dos votos, 88 pessoas se mostraram favoráveis a, ao menos, um dos dois projetos. Desse montante, cerca de 25% das pessoas favoráveis ao projeto A também apoiaram o projeto B e 20% dos participantes que apoiaram o projeto B também foram favoráveis ao projeto A. Considerando-se o exposto, o número de pessoas favoráveis às duas propostas foi de:

- (A) 5.
- (B) 11.
- (C) 25.
- (D) 30.

**RASCUNHO**

**Noções Gerais da Igualdade Racial e de Gênero**

**24.** O conceito de gênero, historicamente construído, atualmente, está contemplado em leis nacionais e estaduais, tal qual a Lei Nº 12.212/2011 – que modificou a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e deu outras providências. Quanto à citação e à proposição que envolve a questão de gênero, a referida lei

- (A) estabelece que a Coordenação de Articulação Institucional e Ações Temáticas tem por finalidade integrar as políticas para as mulheres nas áreas de educação, saúde, trabalho e participação política, visando o combate à violência contra a mulher e a redução das desigualdades de gênero e a eliminação de todas as formas de discriminação identificadas.
- (B) visa promover ações afirmativas voltadas exclusivamente para pessoas trans, mediante políticas públicas destinadas a combater a violência contra a mulher, reduzir as desigualdades e eliminar todas as formas de discriminação identificadas, em consonância com os princípios constitucionais da igualdade e da dignidade da pessoa humana.
- (C) tem como uma de suas medidas de inclusão o respeito à diversidade de identidades de gênero, a implementação de banheiros unissex em espaços públicos e estabelecimentos comerciais, visando garantir o direito fundamental à privacidade e segurança de todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero.
- (D) institui a obrigatoriedade do ensino de questões de gênero em todas as escolas públicas do país, desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio, como parte do currículo regular, visando à promoção da igualdade de gênero e à eliminação de estereótipos de gênero.

**25.** Considere o excerto a seguir:

O preconceito racial é tema que traz grande interesse da população em geral, bem como da comunidade jurídica. A temática ganha maior notoriedade quando da promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, a qual estabelece já em seu início, como fundamentos da República Federativa do Brasil a promoção do bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outras formas de discriminação.

SANTOS, Rodolfo Moreira. Os crimes de injúria racial e racismo [...]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2021. p. 9.

No inciso XLII de seu Artigo 5º, o dispositivo legal mencionado pelo autor estabelece que a prática do racismo constitui crime

- (A) afiançável e prescritível, sujeito à multa, nos termos da lei.
- (B) afiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- (C) inafiançável e prescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- (D) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

**26.** No campo político-jurídico, a atuação do movimento negro possibilitou a outorga de leis que buscam promover ações significativas para ampliar as possibilidades de acesso da população negra brasileira à educação pública, gratuita e de qualidade. Em relação a isso, o Artigo 288º da Constituição do Estado da Bahia, de 5 de outubro de 1989, estabelece

- (A) que o estado deve fornecer assistência financeira às famílias de estudantes negros e a abertura de escolas voltadas especificamente para o ensino da história e cultura africana.
- (B) a obrigatoriedade de cotas raciais em todas as instituições de ensino superior públicas e privadas do estado, visando ampliar o acesso e a representatividade da população negra nos municípios baianos.
- (C) que a rede estadual de ensino e os cursos de formação e aperfeiçoamento do servidor público civil e militar incluirão em seus programas disciplina que valorize a participação do negro na formação histórica da sociedade brasileira.
- (D) a garantia de assistência financeira integral para estudantes negros de baixa renda matriculados em instituições de ensino superior públicas e privadas, a ser calculada com base no salário-mínimo estadual, em percentual alinhado à inflação.

27. Leia o excerto a seguir:

O Estatuto da Igualdade Racial foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. [...] O texto prevê garantias e o estabelecimento de políticas públicas de valorização aos negros. O documento possui 65 artigos e objetiva, segundo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a correção de desigualdades históricas no que se refere às oportunidades e aos direitos dos descendentes de escravos do país. [...] Se constitui em uma lista de ações afirmativas, positiva por reconhecer que há racismo no país. O texto diz que o poder público terá programas e medidas específicos para reduzir a desigualdade racial; ressalta as religiões africanas; transforma a capoeira em esporte; estimula ações das financeiras para viabilizar moradia para os negros; e cria o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), que lida com medidas para essa população.

Disponível em: <https://www.noticias.uol.com.br>.

Considerando o tema do Estatuto da Igualdade Racial, assinale a afirmativas que melhor reflete seu contexto.

- (A) O referido estatuto tem sido amplamente eficaz na eliminação das desigualdades raciais referentes ao acesso à educação e às oportunidades de emprego, promovendo uma sociedade verdadeiramente inclusiva e igualitária, além de contribuir para que as pessoas negras se tornem a maioria da população.
- (B) Uma das principais barreiras para o efetivo cumprimento do referido estatuto é a resistência de setores da sociedade em reconhecer a existência do racismo e suas consequências, o que dificulta a adoção de políticas públicas assertivas e eficazes.
- (C) O referido estatuto foca, principalmente, em questões simbólicas e culturais relacionadas à valorização da identidade negra, sem abordar adequadamente as desigualdades estruturais que persistem nas áreas de saúde, segurança e moradia.
- (D) Uma das principais conquistas do referido estatuto foi a erradicação do racismo institucional no Brasil, garantindo a plena igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas, independentemente de sua origem étnico-racial.

28. Considere o excerto a seguir:

[...] A Lei Afonso Arinos (Lei Nº 7.437) foi a primeira norma contra o racismo no Brasil. Sendo um marco para a luta antirracista no país, a lei tornou-se a principal ferramenta de combate ao racismo e à distinção racial, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, que estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. O Deputado Federal [...] Afonso Arinos, em julho de 1950, apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que transformava o racismo em Contravenção Penal, motivado pela discriminação sofrida pelo seu motorista particular, proibido de entrar em uma Confeitaria no Rio de Janeiro acompanhando a mulher e os filhos, devido à proibição imposta pelo proprietário. [...] Essa lei representa um marco importante na luta contra o racismo e é reconhecida racial no Brasil, reforçando o princípio da igualdade e promovendo a conscientização sobre os direitos humanos. No entanto, apesar dos avanços proporcionados pela legislação, ainda há desafios a serem superados na busca pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Disponível em: <https://www.gov.br>. (adaptado).

Em relação a isso, pode-se afirmar que o dispositivo legal em questão

- (A) tem sido amplamente criticada por sua abrangência de tipos sociais, uma vez que se trata de criminalizar atos de preconceito de raça, cor, sexo, credo, gênero, estado civil, tornando-a excessivamente punitiva.
- (B) tornou-se inconstitucional por restringir a liberdade de expressão, visto criminalizar opiniões e manifestações que possam ser interpretadas como preconceituosas, sem considerar o contexto e a intenção por trás dessas declarações.
- (C) ainda apresenta carência de mecanismos eficazes de fiscalização e execução das medidas legais, o que pode resultar na impunidade de diversos casos de preconceito e discriminação, deixando um vácuo na proteção dos direitos das minorias afetadas.
- (D) é uma tentativa válida de combater o preconceito e a discriminação ao incluir a prática de atos resultantes de preconceito de raça, cor, sexo, estado civil, religião e crenças como crime penal, demonstrando um avanço significativo na proteção dos direitos das minorias.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

29. Dentre os direitos sociais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, é determinado que filhos e dependentes de trabalhadores urbanos e rurais devem receber, desde o nascimento até cinco anos de idade, assistência gratuita em

- (A) creches e escolas.
- (B) creches e pré-escolas.
- (C) creches e escolas públicas.
- (D) pré-escolas e escolas públicas.

30. A Constituição Federal de 1988 estabelece a Língua Portuguesa como o idioma oficial da República Federativa do Brasil, cujos símbolos são:

- (A) O hino, o selo, a bandeira e as armas nacionais.
- (B) A bandeira, o hino, as cores e as armas nacionais.
- (C) As armas, a bandeira, o hino e a moeda nacionais.
- (D) O selo, a bandeira, o hino, a moeda e as armas nacionais.

31. A Constituição Federal de 1988 prevê a possibilidade de concessão de mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Em se tratando de direitos coletivos, a impetração do mandado de segurança coletivo poderá ocorrer por iniciativa de partido político

- (A) com ou sem representação no Poder Legislativo Estadual.
- (B) com ou sem representação no Congresso Nacional.
- (C) com representação no Congresso Nacional.
- (D) sem representação no Congresso Nacional.

32. Acerca das disposições constitucionais relativas ao regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores públicos, assinale a alternativa correta:

- (A) Os ocupantes do cargo de professor terão idade mínima reduzida em dez anos para fins de concessão de aposentadoria por idade.
- (B) Compete à União, em nível federal, estadual ou municipal, estabelecer as regras para cálculo dos proventos de aposentadoria dos filiados ao RPPS.
- (C) O RPPS tem caráter contributivo e solidário, sendo custeado pelo respectivo ente federativo e por todos os filiados, exceto os pensionistas e aposentados.
- (D) Poderão ser estabelecidos, através de lei complementar do respectivo ente federativo, tempo de contribuição e idade diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

33. Considerando que Paulo detém mandato eletivo no Poder Legislativo Estadual, André é servidor público com cargo no Poder Executivo Estadual e que Rita é servidora pública com cargo no Poder Judiciário Estadual, de acordo com a Constituição Federal de 1988, pode-se afirmar que:

- (A) Paulo deve ser remunerado com subsídio fixado em parcela única.
- (B) Diferentemente de Paulo, André deve ser remunerado com subsídio fixado em parcela única.
- (C) Diferentemente de André e Paulo, Rita deve ser remunerada com subsídio fixado em parcela única.
- (D) Diferentemente de Rita, Paulo não pode ser remunerado com subsídio fixado em parcela única.

34. Considerando as disposições legais da Constituição Federal de 1988, não é prevista a possibilidade de a União intervir

- (A) nos Estados.
- (B) no Distrito Federal.
- (C) nos Municípios localizados em Território Federal.
- (D) em Municípios não localizados em Território Federal.

35. Além da guarda da Constituição Federal de 1988, é exemplo de competência do Supremo Tribunal Federal o processamento e julgamento, originalmente, dos(as)

- (A) homologações de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
- (B) *habeas corpus*, quando o coator for Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
- (C) causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
- (D) conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.

36. De acordo com a Constituição Federal, pode-se afirmar que os Tribunais Superiores – como o Tribunal Superior do Trabalho – têm jurisdição

- (A) na Capital Federal.
- (B) em todo o território nacional.
- (C) exclusivamente na Capital Federal.
- (D) em todos os Estados da Federação, exceto o Distrito Federal.

**Direito Administrativo**

37. Alguns atos administrativos se caracterizam pela participação de duas autoridades, em que a primeira autoridade se manifesta e, conseqüentemente, surge a obrigação da outra autoridade também se manifestar. Esse é o chamado efeito prodrômico, que ocorre nos atos administrativos

- (A) compostos, apenas.
- (B) complexos, apenas.
- (C) simples ou complexos.
- (D) complexos ou compostos.

38. O servidor público, assim como todo trabalhador urbano e rural, tem diversos direitos previstos na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, pode-se afirmar que:

- (A) O servidor público tem direito ao seguro-desemprego, em caso de desemprego.
- (B) Depende do consentimento do servidor público a concessão de abono de permanência.
- (C) O servidor público tem direito ao décimo terceiro salário com base na remuneração paga no mês de dezembro.
- (D) A todo servidor público pode ser concedida licença maternidade ou paternidade com duração de cento e vinte dias.

39. Acerca dos deveres dos servidores públicos, é sabido que:

- (A) O servidor público deve ser assíduo no trabalho e cortês com os usuários do serviço público.
- (B) Todos os deveres estão consubstanciados em três fundamentos: o moral, o ético e o religioso.
- (C) A relação entre os servidores públicos deve ser pautada no coleguismo social, sendo inexigíveis os deveres de amizade, de lealdade ou de corporativismo.
- (D) O servidor público deve cumprir suas atribuições no tempo que seu superior hierárquico determinar, estando, portanto, desvinculado a trabalhar com eficiência.

40. De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado da Bahia (Lei Estadual Nº 6.677/1994), o servidor relatado, removido ou afastado, que deva ter exercício em outra localidade, terá

- (A) quinze dias para tomar posse no cargo público.
- (B) trinta dias para tomar posse no cargo público.
- (C) quinze dias para entrar em exercício.
- (D) trinta dias para entrar em exercício.

41. No serviço público estadual, a reversão consiste no retorno ao trabalho do servidor público aposentado por invalidez, quando os motivos determinantes da aposentadoria forem declarados insubsistentes por junta médica oficial. No entanto, a Lei Estadual Nº 6.677/1994 impede que ocorra a reversão quando o aposentado contar com:

- (A) setenta anos de idade.
- (B) sessenta e cinco anos de idade.
- (C) sessenta e cinco anos de idade, se mulher; e setenta anos de idade, se homem.
- (D) sessenta e cinco anos de idade, se homem; e sessenta anos de idade, se mulher.

42. Conforme disposto no Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado da Bahia (Lei Estadual Nº 6.677/1994), são considerados auxílios pecuniários pagos aos servidores públicos estaduais

- (A) a ajuda de custo, o abono de permanência, as diárias e o auxílio-alimentação.
- (B) o auxílio-moradia, o auxílio-reclusão e a gratificação de estabilidade econômica.
- (C) o auxílio-moradia, o auxílio-transporte, o auxílio-alimentação e o auxílio-reclusão.
- (D) a ajuda de custo, o auxílio-moradia, o auxílio-reclusão, as diárias e o abono de permanência.

43. Maria das Dores, decidiu ocupar um emprego público na Administração Indireta, mesmo estando devida e simultaneamente empossada em cargo no serviço público estadual. Diante desse acúmulo, do ponto de vista disciplinar, pode-se afirmar que a servidora em questão

- (A) receberá inicialmente uma pena de suspensão e, caso não requeira demissão do emprego público, será exonerada do serviço público estadual.
- (B) receberá inicialmente uma pena de advertência e, caso não requeira exoneração do cargo público, será demitida do serviço público estadual.
- (C) será posta em disponibilidade até que opte entre o cargo ou o emprego público.
- (D) receberá, da Administração Pública, a pena de demissão.

44. A Lei Estadual Nº 12.209/2011, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado da Bahia, prevê que, na fase de instrução, a arguição de falsidade de documento será processada como

- (A) incidente processual.
- (B) incidente procedimental.
- (C) novo processo autônomo.
- (D) novo processo em apenso.

## Direito Civil

45. Em um leilão, José comprou uma vaca leiteira capaz de produzir uma quantidade de leite consideravelmente superior às demais. Segundo as disposições do Código Civil, o animal em questão, enquanto bem adquirido, classifica-se como um bem

- (A) imóvel, fungível e divisível.
- (B) móvel semovente, fungível e divisível.
- (C) móvel semovente, infungíveis e indivisível.
- (D) imóvel propriamente dito, infungíveis e indivisível.

46. No Brasil, diversos artistas utilizam-se de pseudônimos – os conhecidos “nomes artísticos” –, sendo conhecidos, na esfera pública, por nomes e sobrenomes diferentes daqueles constantes em seus registros civis. Nesse sentido, uma jovem cantora soube que uma outra cantora desejava utilizar seu mesmo nome artístico. Sobre tal situação, o Artigo 19º do Código Civil dispõe que:

- (A) Os direitos ao nome são protegidos como um direito da personalidade, inclusive os pseudônimos.
- (B) Os direitos ao nome são protegidos como um direito de personalidade, mas tal prerrogativa vale apenas ao prenome e sobrenome feitos diante do nascimento civil.
- (C) Para que a cantora reivindique o direito de personalidade sobre o nome artístico utilizado, ela deve solicitar a alteração do seu nome na esfera judicial em razão de sua identificação na sociedade, pois não há proteção aos pseudônimos.
- (D) Para que a cantora reivindique o direito de personalidade sobre o nome artístico utilizado, ela deve solicitar a alteração do seu nome na esfera administrativa em razão do constrangimento gerado pelo seu nome, pois não há proteção aos pseudônimos.

47. Considere as seguintes situações:

- I. Um negócio jurídico celebrado por um jovem de 15 anos de idade;
- II. Um negócio jurídico em que o motivo determinante de ambas as partes é ilícito;
- III. Um negócio jurídico formulado por um ébrio habitual.

Segundo as disposições do Código Civil, pode-se afirmar que tais atos configuram-se, respectivamente, como:

- (A) Anulável, Anulável, Nulo.
- (B) Nulo, Anulável, Anulável.
- (C) Nulo, Nulo, Nulo.
- (D) Nulo, Nulo, Anulável.

48. Um dos fundadores de uma Associação de Proteção aos Animais – entidade voltada aos cuidados de animais em situação de rua – foi considerado *persona non grata* no município, tendo informações pejorativas sobre ele divulgadas constantemente nas redes sociais. Diante de tal cenário, um grupo de associados deseja retirar tal pessoa dos quadros da associação, a fim de prezar pela reputação da referida associação. Nesse caso, segundo o Artigo 57º do Código Civil, para que ocorra a exclusão do associado em questão, é necessário haver

- (A) a deliberação da maioria relativa dos presentes em Assembleia ordinária, sendo dispensável a exigência de justa causa.
- (B) justa causa, devendo o procedimento seguir os termos previstos no estatuto da associação, respeitando o direito de defesa e de recurso.
- (C) a deliberação da maioria absoluta dos presentes em Assembleia Geral convocada para esse fim, sendo dispensável a existência de justa causa.
- (D) justa causa, devendo o procedimento seguir os termos previstos no estatuto da associação, sendo dispensável o direito de defesa e de recurso, pois trata-se de uma pessoa jurídica privada.

49. Diante de inúmeras dificuldades financeiras, Emmanuel ficou em situação de rua. Diante de suas necessidades, ao encontrar um terreno aparentemente sem uso, começou a construir uma moradia improvisada ali – tendo como objetivo único o ato de estabelecer residência, sem imaginar que sua ação poderia provocar efeitos jurídicos. No entanto, pouco tempo depois, o proprietário do lote tomou conhecimento do ato irregular de Emmanuel e acionou o Poder Judiciário. Nesse sentido, para efeitos legais, a construção no terreno alheio se configura como um:

- (A) Ato-fato.
- (B) Fato natural.
- (C) Negócio jurídico.
- (D) Ato jurídico *stricto sensu*.

50. Um dos fatores que mais impactam o direito civil são os atos ilícitos, afinal, é através deles que um prejuízo de ordem moral, física ou patrimonial é causado. Considerando-se a temática em questão, de acordo com as disposições dos Artigos 186º a 188º, é correto afirmar que:

- (A) No direito civil compreende-se o ato ilícito somente na modalidade dolosa, inexistindo ato ilícito culposo.
- (B) Situações configuradas como legítima defesa ou estado de necessidade são lesivas, mas não se constituem enquanto atos ilícitos.
- (C) O dano patrimonial em um ato ilícito considera-se somente os danos emergentes, não se considerando sobre os danos cessantes.
- (D) Basta a comprovação do dano para pontuar que o ato é ilícito, ou seja, o ato ilícito pode ocorrer mesmo que em compasso com o ordenamento jurídico.

51. Para a venda de um carro, José firmou um contrato com Marcos e Maria, estabelecendo que o valor do bem seria parcelado mensalmente e que, caso o pagamento fosse suspenso por determinado período de tempo, os compradores deveriam entregar um dos terrenos que lhes pertenciam. Alguns meses depois do ocorrido, Marcos e Maria tiveram um desentendimento e suspenderam os pagamentos devidos a José. Diante de tal, José lhes procurou para satisfazer a obrigação acordada, a qual, segundo o Código Civil, configura-se como uma obrigação

- (A) solidária de dar.
- (B) solidária de fazer.
- (C) subsidiária de dar.
- (D) subsidiária de fazer.

52. Carlos, um jovem de 15 anos, levou um pequeno explosivo para a escola. Durante o intervalo, ascendeu a pólvora e atirou o explosivo para cima, fazendo-o atravessar o muro da instituição e cair em via pública, acertando o veículo de Simone. Diante do dano patrimonial causado, Simone ingressou com uma ação para receber a devida indenização, cuja responsabilidade civil recairá

- (A) diretamente ao estudante, devendo ser comprovado o elemento subjetivo.
- (B) ao estabelecimento escolar, dispensando a comprovação do elemento subjetivo e poderá ajuizar ação regressiva contra o estudante.
- (C) diretamente aos pais do estudante, dispensando a comprovação do elemento subjetivo.
- (D) ao estabelecimento escolar, devendo ser comprovado o elemento subjetivo e ajuizará ação regressiva contra os pais do estudante.

53. Determinado movimento social, reivindicando o direito à moradia digna, ocupou um terreno abandonado – a fim de pressionar o governo a realizar uma reforma urbana, visto que o imóvel estava em desuso há mais de dez anos. Usufruindo do bem como moradia desde 12 de março de 2022, em 10 de março de 2023, o grupo realiza uma consulta jurídica para saber a condição de sua posse, pois estão preocupados com as ações possessórias. Diante de tal situação, segundo as disposições dos Artigos 1.197º do Código Civil e 558º do Código de Processo Civil, pode-se afirmar que o referido movimento social exerce a posse

- (A) direta do bem, estando diante de uma posse nova.
- (B) direta do bem, estando diante de uma posse velha.
- (C) indireta do bem, estando diante de uma posse nova.
- (D) indireta do bem, estando diante de uma posse velha.

54. Considere as seguintes situações:

- I. Giovanna deseja realizar um contrato de locação com a Imobiliária X. No entanto, o representante da imobiliária está receoso com o fato de Carla não conseguir arcar com os custos do contrato. Por isso, Giovanna aciona seu irmão e o torna seu credor, a fim de satisfazer a obrigação do pagamento caso ela não a cumpra.
- II. Vicente apresenta algumas pendências financeiras com seu banco e, devido a um intercâmbio, passará três meses no exterior. Por isso, ele realiza um contrato no qual concede poderes à Eduarda, sua amiga, para que ela pratique atos em seu nome.

Diante das situações narradas, os contratos firmados caracterizam-se, respectivamente, como:

- (A) Mútuo e de mandato.
- (B) De fiança e de prestação de serviço.
- (C) Mútuo e de prestação de serviço.
- (D) De fiança e de mandato.

## Direito Processual Civil

55. A Lei Federal Nº 12.016/2009, ressalvado o teor da ADI 4.296, dispõe que conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e quais forem as funções que exerça. Sobre as disposições e providências do epígrafado remédio constitucional, é correto afirmar que, no mandado de segurança,

- (A) a petição inicial será apresentada em três vias com os documentos que instruírem a primeira reproduzidos na segunda e na terceira e indicará, além da autoridade coatora, a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições.
- (B) em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax, mensagem de aplicativo instantâneo com notificação de visualização e leitura ativada ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
- (C) equiparam-se às autoridades os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições.
- (D) o caso em que o documento necessário à prova do alegado se ache em repartição ou estabelecimento público ou em poder de autoridade que se recuse a fornecê-lo por certidão ou de terceiro, o juiz ordenará, preliminarmente, por ofício, a exibição desse documento em original ou em cópia autêntica e marcará, para o cumprimento da ordem, o prazo de quinze dias úteis.

56. De acordo com as disposições do CPC, o juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito à lei exige a iniciativa da parte. Sendo assim, é vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado. Nessa seara, tem-se que a sentença *citra petita* se caracteriza pela decisão que

- (A) determina a restituição das prestações pagas, em ação de rescisão de promessa de compra e venda.
- (B) condena o réu também em lucros cessantes, quando o autor pediu indenização por danos emergentes.
- (C) julgou procedente o pedido com relação aos danos emergentes, mas não fez qualquer referência aos lucros cessantes.
- (D) concede correção monetária ou que condena ao pagamento dos juros legais, das despesas e honorários de advogado ou das prestações vincendas.

57. Conforme disposto no Código de Processo Civil, na petição inicial da ação monitória, incumbe ao autor explicitar, conforme o caso:

- (A) a importância devida, a conta pormenorizada das despesas, a tabela dos preços e a relação dos objetos retidos.
- (B) a importância devida, instruindo-a com memória de cálculo, o valor atual da coisa reclamada, o conteúdo patrimonial em discussão ou o proveito econômico perseguido.
- (C) a incapacidade do interditando para administrar seus bens, a importância devida, instruindo-a com memória de cálculo ou o proveito econômico perseguido.
- (D) a declaração de abertura da avaria grossa, o valor atual da coisa reclamada, o conteúdo patrimonial em discussão ou o proveito econômico perseguido.

58. Observado o regulado pelo Código de Processo Civil, tem-se que a competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência. Considerando-se isso, no processo relativo à ação contida, será proferida sentença sem resolução de mérito quando houver

- (A) continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.
- (B) conexão e a ação conexa tiver sido proposta anteriormente, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.
- (C) continência e a ação continente tiver sido proposta posteriormente, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.
- (D) conexão e a ação conexa tiver sido proposta posteriormente, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.

59. De acordo com o Artigo 489º do Código de Processo Civil, uma sentença deve ser composta por relatório, fundamentos de fato e de direito e dispositivo – sendo o relatório uma peça autônoma, apartada dos fundamentos. Nesse sentido, será considerada **não fundamentada** a decisão judicial que

- (A) enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.
- (B) limitar-se a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos.
- (C) deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sendo facultativo demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.
- (D) apresentar, no caso de colisão entre fundamentos, justificativa judicial para o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.

**60.** O vício do ato processual ocorre quando existir a inobservância das determinações legais a ele relacionados, cujas consequências de tal imperfeição dependerá diretamente de sua gravidade, além da própria natureza do ato processual. Sobre o referido tema, segundo o Artigo 330º do Código Processual Civil, a petição inicial será indeferida quando

- (A) da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.
- (B) lhe faltar pedido ou causa de pedir.
- (C) o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico.
- (D) o autor carecer de interesse processual.

**61.** Na forma da lei processual civil pátria, duas ou mais pessoas podem litigar conjuntamente, no mesmo processo, desde que atendam certos requisitos. Acerca de tal temática, é correto afirmar que o litisconsórcio

- (A) terá sua sentença declarada como ineficaz, quando a decisão for uniforme em relação a todos que integram o processo.
- (B) será relativo quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- (C) será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
- (D) será ilimitado quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, mesmo quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.

**62.** Consigna o CPC que a contagem de prazos processuais é feita em dias úteis, excluindo os fins de semana e feriados, bem como, os dias do começo e do vencimento da contagem. Nesse sentido, durante o recesso forense – de 20 de dezembro a 20 de janeiro –, os processos ficam suspensos. Por isso, a depender de quem fixa os prazos processuais, eles são classificados da de diferentes maneiras, assim, quando

- (A) o ato for praticado antes do termo inicial do prazo, será considerado intempestivo.
- (B) a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato.
- (C) a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas setenta e duas horas.
- (D) inexistir o preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de dez dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

**63.** O Artigo 966º do CPC dispõe que, diante da manifesta violação de norma jurídica, contra decisão baseada em enunciado de súmula ou acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento, caberá uma ação

- (A) cumulatória.
- (B) declaratória.
- (C) monitória.
- (D) rescisória.

**64.** No Direito Pátrio, os embargos assumem a qualidade de ação de oposição à execução, quer abrangendo exceções substantivas, quer controvertendo questões processuais da execução. É o único remédio que, por sua própria natureza, trava a marcha do processo executivo, *ope judicis*, efeito que somente desaparece após o julgamento de primeiro grau desfavorável ao embargante. Portanto, quanto aos embargos do devedor, pode-se afirmar que, em relação ao(a)

- (A) opção pelo parcelamento de que trata o tema, importa renúncia ao direito de opor embargos.
- (B) incorreção da penhora ou da avaliação poderá ser impugnada por simples petição, no prazo de vinte dias, contado da ciência do ato.
- (C) prazo para oferecimento dos embargos à execução, os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores de escritórios de advocacia distintos terão prazos contados em triplo para todas as suas manifestações.
- (D) execução por e-mail, os embargos serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem unicamente sobre vícios ou defeitos da penhora, da avaliação ou da alienação dos bens efetuadas no juízo deprecado.

**65.** As nulidades processuais sempre foram um problema bastante polêmico para a dogmática jurídica, seja pela adoção de terminologias distintas para os mesmos fenômenos, pelas várias classificações doutrinárias descoladas do direito positivo ou pelas inúmeras condições para a sua aplicação. O CPC, de maneira hialina, dispõe que a nulidade é a sanção jurídica aplicada quando o ato processual é realizado em desacordo com a lei, as quais

- (A) deverão ser pronunciadas ainda que possa o juiz decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, devendo mandar repetir o ato ou suprir-lhe a falta.
- (B) trarão declaradas, quando pronunciadas pelo juiz, quais os atos são atingidos e ordenarão as providências necessárias a fim de que sejam repetidos ou retificados.
- (C) prescritas sob determinada forma, deverão ser decretadas independentemente de serem requeridas pela parte que lhe deu causa.
- (D) não serão influenciadas pelas citações e as intimações quando feitas sem observância das prescrições legais.

**66.** De acordo com o CPC, os recursos são os meios de impugnação de decisões judiciais, configurando-se como de apelação, de agravo de instrumento, de agravo interno, de embargos de declaração, de recurso ordinário, de recurso especial, de recurso extraordinário, de agravo em recurso especial ou extraordinário e, por fim, de embargos de divergências. Ainda que variados, todos comungam de princípios indelévels, como:

- (A) duplo grau de jurisdição, singularidade, devolutividade, suspensividade, taxatividade, unirrecorribilidade, correspondência, fungibilidade e colegibilidade.
- (B) duplo grau de jurisdição, oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.
- (C) duplo grau de jurisdição, hierarquia, legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade, motivação, informalismo e da economia processual.
- (D) duplo grau de jurisdição, de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

**67.** O processo, sendo uma série de atos sistematizados, sujeita-se a requisitos e condições que são indispensáveis à sua validade e eficácia. Para a sua validade, deve-se observar os pressupostos processuais, que são requisitos de estabelecimento e desenvolvimento válidos do processo, a exemplo da capacidade da parte, da representação por advogado, da competência do juízo e da forma adequada do procedimento. Se os pressupostos processuais não forem observados, o processo não terá viabilidade e não será capaz de prestar a tutela jurisdicional. Portanto, os pressupostos processuais fazem parte do plano de validade da relação processual, e o interesse processual deve ser composto pelo binômio

- (A) licitude-capacidade, já que a presença desse binômio é indispensável para que a parte obtenha a sentença de mérito.
- (B) capacidade-validade, já que a presença desse binômio é indispensável para que a parte obtenha a sentença de mérito.
- (C) necessidade-adequação, já que a presença desse binômio é indispensável para que a parte obtenha a sentença de mérito.
- (D) legalidade-conveniência, já que a presença desse binômio é indispensável para que a parte obtenha a sentença de mérito.

## Direito Tributário

**68.** Corriqueiramente a tributação de grandes fortunas aparece em discussão. Nesse sentido, simulações apontam que esse tipo de tributação é uma possibilidade no cenário brasileiro, seja pela ausência de uma tributação efetiva sobre a riqueza e o patrimônio, seja por sua arrecadação significativa ou, ainda, pelo fato de desestimular a concentração de renda. A implementação do IGF, desse modo, poderia ser um primeiro passo para a reformulação da carga tributária no país. Considerando-se o exposto, quanto à instituição do IGF, sabe-se que tal ação compete aos(à):

- (A) União, mediante lei ordinária.
- (B) estados, mediante lei ordinária.
- (C) União, mediante lei complementar.
- (D) estados, mediante lei complementar.

**69.** Em uma situação hipotética, o Presidente da República deseja alterar a alíquota do Imposto sobre os produtos industrializados (IPI), já o Prefeito do município Z deseja alterar a alíquota sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Sobre o mecanismo para a alteração da alíquota, pode-se afirmar que:

- (A) O Prefeito do Município poderá alterar o IPTU mediante ato do Poder Executivo, através de um decreto, já o Presidente deverá enviar um projeto de lei ao Congresso Nacional caso queira alterar o IPI.
- (B) O Presidente da República poderá alterar o IPI mediante decreto, mas é necessária a outorga de lei para que o Prefeito altere a alíquota do IPTU.
- (C) Os dois impostos poderão ser alterados mediante ato do Poder Executivo, constituindo exceções ao princípio da legalidade tributária.
- (D) Os dois impostos só poderão ser alterados mediante a existência de lei, em decorrência do princípio da legalidade tributária.

**70.** Definem-se como tributos vinculados, que têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou uso – efetivo ou potencial – de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, os(as):

- (A) contribuições de melhoria.
- (B) contribuições sociais.
- (C) impostos.
- (D) taxas.

71. Considere o excerto a seguir:

O princípio da anterioridade impõe a existência de um prazo entre a lei que institui ou aumenta um tributo e o início de sua vigência. Embora o Princípio não se estenda à totalidade dos tributos, o prazo da Anterioridade, como será visto adiante, pode ser de 90 dias ou de até um ano, conforme o tributo em questão.

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Direito Tributário**.  
12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2023. p. 186.

Acerca do princípio em questão, é correto afirmar que:

- (A) Não é necessário seguir a anterioridade do exercício financeiro em casos de imposto de exportação (IE), mas, sim, a anterioridade nonagesimal.
- (B) A fixação da base de cálculo do Imposto do IPTU deve seguir tanto a anterioridade do exercício financeiro quanto a anterioridade nonagesimal.
- (C) O imposto de renda deve seguir a anterioridade do exercício financeiro, mas não a anterioridade nonagesimal.
- (D) O IPVA deve seguir o princípio da anterioridade nonagesimal, mas não a anterioridade do exercício financeiro.

72. No ordenamento jurídico brasileiro existem diversas contribuições sociais – como o FGTS, o salário-educação e contribuições da seguridade social –, cujo objetivo é atingir a ordem social. Nesse sentido, tais contribuições

- (A) podem ser criadas mediante lei, inclusive, até mesmo se o fato gerador e a base de cálculo forem idênticos aos de imposto.
- (B) são previstas na Constituição Federal, sendo possível criar outras delas por meio de leis complementares.
- (C) podem ser criadas mediante lei, desde que não tenham fato gerador e base de cálculo idênticos aos do imposto.
- (D) devem ter previsão estritamente constitucional, não sendo possível criar tal tipo de contribuição mediante lei.

73. De acordo com o Artigo 151º do Código Tributário Nacional, o depósito do montante integral do crédito tributário em dinheiro gera a

- (A) extinção do crédito tributário.
- (B) remissão do crédito tributário.
- (C) transação do crédito tributário.
- (D) suspensão da exigibilidade de crédito tributário.

74. O Prefeito de certo município se elegeu com a proposta de extinguir determinado tributo municipal, visto considera-lo injusto e exorbitante para a população local. Nesse contexto, de acordo com as disposições do Artigo 97º do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que:

- (A) Tanto a criação quanto a extinção do tributo podem ser feitos mediante decreto.
- (B) Para a criação é necessária a existência de lei, mas para a extinção do tributo, basta um decreto.
- (C) Tanto para a criação quanto para a extinção de tributo é necessária a aprovação de lei, portanto, ele não poderia realizar a alteração sozinho.
- (D) Para a extinção é necessária a existência de lei, mas para a criação do tributo basta um decreto. com a anuência do Legislativo.

75. No âmbito da obrigação tributária, há duas categorias: a principal e a acessória – sendo ambas de conduta obrigatória, oriunda de sanção diante da obrigação de determinado comportamento. Nesse sentido, o Artigo 103º do Código Tributário Nacional estabelece que:

- (A) As obrigações acessórias, necessariamente seguem a obrigação principal.
- (B) A inobservância da obrigação acessória converte-se em obrigação principal.
- (C) A emissão de uma nota fiscal é uma obrigação de fazer, portanto, é uma obrigação principal.
- (D) A obrigação principal é uma obrigação de fazer. Enquanto a obrigação acessória pode ser uma obrigação de dar, de tolerar ou de não fazer.

76. Um casal de *influencers* teve uma filha e logo firmaram contrato para que a criança realizasse propagandas de produtos infantis. Diante do número de publicidades realizadas, o bebê já detém um patrimônio considerável em seu nome. Considerando a literalidade do texto do Código Tributário Nacional acerca da capacidade tributária dessa criança, pode-se dizer que ela

- (A) não apresenta capacidade tributária, portanto, possui anistia tributária.
- (B) não apresenta capacidade tributária, cabendo exclusivamente aos seus pais o recolhimento dos tributos.
- (C) apresenta capacidade tributária, o que não se confunde com a capacidade civil. No entanto, se os seus pais não efetuarem o pagamento serão solidariamente responsáveis.
- (D) apresenta capacidade tributária, que não se confunde com a capacidade civil. No entanto, se os seus pais não efetuarem o pagamento serão subsidiariamente responsáveis.

77. Um servidor público municipal não quitou sua obrigação com o Município, e, transcorrido o período fixado em lei para a realização do pagamento, teve o seu nome inscrito na dívida ativa do Município. Considerando as disposições do Código Tributário Nacional sobre a dívida ativa, é correto afirmar que:

- (A) A omissão dos itens obrigatórios no termo de inscrição da dívida ativa gera a nulidade da inscrição e do processo de cobrança decorrente.
- (B) A indicação do livro e da folha de inscrição não são itens obrigatórios do termo de inscrição da dívida ativa.
- (C) A inscrição da dívida goza de presunção absoluta de certeza e liquidez.
- (D) A fluência de juros de mora exclui a liquidez do crédito.

78. O Direito Tributário é um ramo do Direito Público voltado aos impostos, taxas, contribuições sociais, dentre outros. Sobre tal ramo autônomo do direito, pode-se afirmar que:

- (A) Nos moldes contemporâneos, não há relações entre ele os demais ramos do direito.
- (B) Ele se dedica à arrecadação de recursos para que o Estado atenda suas necessidades.
- (C) Nos Estados contemporâneos, não há relações entre ele e o financiamento de políticas públicas.
- (D) Ele se ocupa, principalmente, com os gastos das despesas públicas – como o estudo da lei orçamentária anual.

79. Rodrigo comprou um produto eletrônico e, ao solicitar a nota fiscal, teve seu pedido negado pelo vendedor. Nessas circunstâncias, considerando as disposições da Lei Nº 8.137/90, que define os crimes contra a ordem tributária, a conduta praticada pelo vendedor poderá ser punida com

- (A) reclusão de dois a cinco anos e multa.
- (B) detenção de seis meses a dois anos.
- (C) reclusão de seis meses a dois anos.
- (D) detenção de dois anos e multa.

## Direito Comercial

80. De acordo com Cesare Vivante, Título de Crédito é o documento necessário para o exercício do direito literal e autônomo nele mencionado. Da sua função originária evoluiu o título de crédito, assumindo um papel especial nos dias atuais, possibilitando extraordinária mobilização do crédito. No contexto dos mais variados títulos existentes, pode-se afirmar que:

- (A) A nota promissória que não indicar a época do vencimento será pagável a dia certo. Já a nota promissória que não indicar o lugar do pagamento será pagável no domicílio do emitente.
- (B) Se o cheque, incompleto no ato da emissão, for completado com observância do convencionado com a emitente, tal fato não pode ser oposto ao portador, a não ser que este tenha adquirido a cheque de boa-fé.
- (C) O pagamento de uma letra de câmbio, independente do aceite e do endosso, pode ser garantido por aval. Para a validade do aval, é suficiente a simples assinatura do próprio punho do avalista ou do mandatário especial, no verso ou no anverso da letra.
- (D) Quando certa a data de vencimento, a apresentação da letra de câmbio ao aceite é obrigatória. A letra a tempo certo da vista deve ser apresentada ao aceite do sacado, dentro do prazo nela marcado; na falta de designação, dentro de seis meses contados da data da emissão do título, sob pena de perder o portador o direito regressivo contra o sacador, endossadores e avalistas.

81. O entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é na linha de ser a cédula de crédito rural título líquido, certo e exigível por força do Decreto-Lei Nº 167/67. Acerca do referido título, sabe-se que:

- (A) A cédula de crédito rural é promessa de pagamento em dinheiro, sem ou com garantia real cedularmente constituída.
- (B) A cédula de crédito rural não admite amortizações periódicas, permitindo, porém, prorrogações de vencimento que serão ajustadas mediante a inclusão de cláusula.
- (C) Se o emitente houver deixado de levantar qualquer parcela do crédito deferido ou tiver feito pagamentos parciais, não pode o credor descontá-los da soma declarada na cédula, tornando-se exigível o saldo.
- (D) Não constando do endosso o valor pelo qual se transfere a cédula, prevalecerá o da soma declarada no título sem o acréscimo dos acessórios, deduzido o valor das quitações parciais passadas no próprio título.

**Direito Financeiro e Econômico**

**82.** Considerando os princípios orçamentários estabelecidos na legislação brasileira, que asseguram a transparência, a equidade e a responsabilidade na elaboração e execução do orçamento público, identifica-se como fundamental o princípio que determina a necessidade de todas as receitas e despesas constarem no orçamento, sem quaisquer omissões. O princípio em questão refere-se à:

- (A) Clareza.
- (B) Anualidade.
- (C) Exclusividade.
- (D) Universalidade.

**83.** De acordo com a normas em vigor, é correto afirmar que os restos a pagar não processados em liquidação correspondem às despesas

- (A) empenhadas e liquidadas, porém não pagas até o encerramento do exercício financeiro.
- (B) empenhadas que não foram liquidadas nem pagas, com sua inscrição condicionada à indicação do ordenador de despesa da unidade gestora.
- (C) empenhadas canceladas após o encerramento do exercício financeiro, que não mais resultarão em saída de recursos.
- (D) empenhadas e que ainda estão em processo de liquidação, dependendo da indicação pelo ordenador de despesa para sua inscrição.

**84.** A classificação da despesa pública é um instrumento que possibilita o adequado registro e controle dos gastos governamentais, seguindo uma estrutura que compreende a categoria econômica, o grupo de natureza de despesa (GND), a modalidade de aplicação e o elemento de despesa. A estrutura de classificação da despesa pública orienta que uma característica importante das Despesas de Capital é:

- (A) Englobar despesas com pessoal e encargos sociais, representando o principal componente das despesas correntes do governo.
- (B) Destinar-se unicamente às aplicações diretas, de acordo com a modalidade de aplicação, sem envolver transferências ou subsídios.
- (C) Ser composta exclusivamente por transferências a instituições multigovernamentais e ao exterior, como indicado nas modalidades de aplicação.
- (D) Incluir gastos como investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida, que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital.

**85.** Considerando as especificidades de taxa e preço público, dentre os aspectos que diferenciam tais conceitos tem-se o fato de

- (A) ambos serem cobrados compulsoriamente pelo Estado, independentemente da vontade do contribuinte.
- (B) o preço público ser uma obrigação pecuniária compulsória e estar vinculado ao uso efetivo de um serviço público específico e divisível.
- (C) a taxa ser uma obrigação pecuniária compulsória, enquanto o preço público decorre de um serviço público específico e divisível prestado ao usuário ou posto à sua disposição de forma facultativa.
- (D) a taxa ser uma receita originária e estar associada a serviços públicos não-essenciais, enquanto o preço público se relaciona aos serviços essenciais.

**86.** No contexto do orçamento público, um princípio específico visa garantir que as despesas autorizadas para um exercício financeiro sejam realizadas nesse mesmo período, evitando a prática de comprometer receitas de anos futuros para despesas do presente. O princípio orçamentário em questão é denominado:

- (A) Anualidade.
- (B) Civilidade.
- (C) Equilíbrio.
- (D) Totalidade.

**Direito do Trabalho**

**87.** Conforme previsão expressa na CLT, o afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, não constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador, assim,

- (A) nos contratos por prazo determinado, o tempo de afastamento, será compulsoriamente computado na contagem do prazo para a respectiva terminação.
- (B) durante os primeiros 180 dias de afastamento em virtude de exigências do serviço militar ou de encargo público, o empregado continuará percebendo sua remuneração.
- (C) ocorrendo motivo relevante de interesse para a segurança nacional, poderá a autoridade competente solicitar o afastamento do empregado do serviço ou do local de trabalho, sem que se configure a suspensão do contrato de trabalho.
- (D) para que o empregado tenha direito a voltar a exercer o cargo do qual se afastou é indispensável que notifique o empregador dessa intenção, dentro do prazo máximo de 30 dias, contados da data de sua convocação ao encargo a que estava obrigado.

**88.** Em um cenário de rescisão contratual sem justa causa, um empregador, regido pela legislação trabalhista brasileira, está obrigado a conceder aviso prévio ao empregado. Nesse contexto, considerando o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),

- (A) o empregador que, durante o prazo do aviso prévio dado ao empregado, praticar ato que justifique a rescisão imediata do contrato, sujeita-se ao pagamento da remuneração correspondente ao prazo do referido aviso, sem prejuízo da indenização que for devida.
- (B) dado o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva depois de expirado o respectivo prazo, mas, se a parte notificante reconsiderar o ato, antes de seu termo, à outra parte é vedado rejeitar a reconsideração.
- (C) o empregado que, durante o prazo do aviso prévio, cometer qualquer das faltas consideradas pela lei como justas para a rescisão, perde o direito ao restante das verbas rescisórias.
- (D) a falta de aviso prévio por parte do empregado proíbe o empregador de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo.

**89.** A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando dispuserem, entre outros, sobre

- (A) número de dias de férias devidas ao empregado.
- (B) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- (C) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- (D) intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas.

**Direito Processual do Trabalho**

**90.** Em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de promover a instrução dos responsáveis no cumprimento das leis de proteção do trabalho, a fiscalização do Ministério do Trabalho deverá observar o critério de dupla visita quando

- (A) realizar a primeira inspeção dos estabelecimentos ou dos locais de trabalho inaugurados ou empreendidos há menos de cinco anos.
- (B) ocorrer promulgação ou expedição de novas leis, regulamentos ou instruções ministeriais, sendo que, com relação exclusivamente a esses atos, será feita apenas a instrução dos responsáveis.
- (C) realizar a primeira inspeção dos estabelecimentos ou dos locais de trabalho inaugurados ou empreendidos há mais de dez anos.
- (D) ocorrer a data base da categoria ou dissídio coletivo, sendo que, com relação exclusivamente a esses atos, será feita determinado prazo de trinta dias para regularização e a instrução aos responsáveis.

**91.** Das decisões acerca de multa por infração das leis e disposições reguladoras do trabalho que não apresentam forma especial de processo, cabe recurso para o Diretor-Geral Departamento ou Serviço do Ministério do Trabalho e Previdência Social, que for competente na matéria. Considerando-se isso, quanto aos procedimentos dos recursos aplicáveis às multas administrativas, pode-se afirmar que:

- (A) Os recursos devem ser interpostos no prazo de dez dias, contados do recebimento da notificação, perante autoridade que houver imposto a multa. O recurso só terá seguimento se o interessado o instruir com a prova do depósito da multa.
- (B) Ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio é obrigatório avocar ao seu exame e decisão, dentro de noventa dias do despacho final do assunto, ou no curso do processo, as questões referentes à fiscalização dos preceitos estabelecidos na CLT.
- (C) A multa terá redução de 50% quando o infrator, comunicado por meio de edital, publicado no órgão oficial, estiver em lugar incerto e não sabido e recolher a multa ao Tesouro Nacional dentro do prazo de dez dias contados da publicação do edital.
- (D) As guias de depósito de recolhimento serão emitidas em três vias e o recolhimento da multa deverá preceder-se dentro de cinco dias às repartições federais competentes, que escriturarão a receita a crédito da autoridade que houver imposto a multa.

**92.** Ao tratar sobre o processo de multas administrativas, em seu Artigo 629º, a CLT determina que:

- (A) O prazo para o infrator apresentar sua defesa é de quinze dias contados do recebimento do auto de infração.
- (B) O auto de infração após lavrado não poderá ser inutilizado, nem susgado o curso do respectivo processo, devendo o agente da inspeção apresentá-lo à autoridade competente, mesmo se incidir em erro.
- (C) O auto de infração será registrado com a indicação sumária de seus elementos característicos, em livro próprio que deverá existir em cada estabelecimento fiscalizado, de modo a assegurar o controle do seu processamento.
- (D) No território do exercício de sua função, o agente da inspeção gozará de passe livre nas empresas de transportes, públicas ou privadas, mediante a apresentação de documento da superintendência regional a qual esteja vinculado.

**93.** Os sindicatos desempenham um papel essencial na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, bem como na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Considerando-se o exposto, bem como as disposições do Artigo 513º da CLT, figuram dentre as prerrogativas dos sindicatos o(a)

- (A) celebração de contratos individuais de trabalho, a fim de garantir maior autonomia ao trabalhador.
- (B) fornecimento de assistência legal aos membros associados, fazendo valer os direitos do trabalhador.
- (C) imposição aos órgãos técnicos e consultivos do Estado da solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal que representam.
- (D) representação, perante as autoridades judiciárias, dos interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida.

**94.** Quanto às regras previstas na CLT referentes à organização sindical, a fim de serem reconhecidas como sindicatos, as associações profissionais devem

- (A) ter sua base territorial outorgada e delimitada excepcionalmente pelo Ministro do Trabalho.
- (B) ter um brasileiro nato no exercício do cargo de presidente, e, nos demais cargos de administração, representação por brasileiros.
- (C) ser reconhecidas e autorizadas pelo Ministro do Trabalho, atendendo às peculiaridades de determinadas categorias ou profissões.
- (D) instituir delegacias ou secções para melhor proteção dos associados e da categoria profissional representada dentro da base territorial que lhe for determinada.

**95.** Quanto aos critérios para agregação dos trabalhadores aos sindicatos, a CLT estabelece que “é lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais”, definindo a categoria econômica como:

- (A) O vínculo social básico constituído a partir da solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas.
- (B) A reunião dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.
- (C) A similitude de condições de vida oriunda do trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas.
- (D) A semelhança nas circunstâncias de vida resultante da ocupação ou emprego compartilhado em um campo de trabalho comum, associados aos limites de identificação, classe e gênero.

**96.** De acordo com as disposições do Artigo 511º da CLT, dentre os deveres dos sindicatos consta o(a)

- (A) promoção de atividades culturais para a comunidade em geral.
- (B) oferecimento de serviços médicos exclusivamente para os associados.
- (C) colaboração com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social.
- (D) fundação e mantimento de escolas de alfabetização e pré-vocacionais, exclusivamente para os empregadores.

97. No que se refere às eleições sindicais a um cargo de representação econômica ou profissional na entidade sindical, a Consolidação das Leis do Trabalho prevê algumas exigências, dentre as quais consta que:

- (A) Nas eleições para cargos de diretoria e do conselho fiscal serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem maioria relativa de votos em relação ao total dos associados eleitores.
- (B) As eleições para a renovação da Diretoria e do Conselho Fiscal deverão ser procedidas dentro do prazo máximo de noventa dias e mínimo de sessenta dias, antes do término do mandato dos dirigentes em exercício.
- (C) Para a investidura em cargo de administração ou representação profissional, o candidato deve ser associado no Quadro Social por mais de seis meses, estar no exercício da atividade ou profissão há mais de dois anos e ter idade superior a 21 anos.
- (D) Para cargos administrativos não podem ser eleitos nem permanecer no exercício aqueles que não estiverem, há, ao menos, dois anos no exercício efetivo da atividade dentro da base territorial do sindicato, ou no desempenho de representação econômica ou profissional.

98. De acordo com as disposições da CLT quanto ao contexto da administração sindical, sabe-se que:

- (A) O presidente do sindicato será escolhido mediante votação entre os delegados.
- (B) A competência do Conselho Fiscal é limitada à fiscalização da gestão financeira do sindicato.
- (C) As leis que protegem os direitos trabalhistas e previdenciários são válidas para os funcionários ligados a sindicatos, com exceção do direito de se associar a um sindicato.
- (D) Os Delegados Sindicais destinados à direção das delegacias serão designados pelo Ministro do Trabalho dentre os associados radicados no território da correspondente delegacia.

99. Considere o excerto a seguir:

“As associações de grau superior se justificam na estrutura sindical para fins de melhor coordenação dos trabalhos, organização da defesa e promoção dos trabalhadores, empregadores e profissionais liberais.”

Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/>.

Diante do exposto, segundo as determinações da CLT referentes às federações e as confederações, pode-se afirmar que:

- (A) O pedido de reconhecimento de uma federação será dirigido ao Presidente da República, acompanhado de um exemplar dos respectivos estatutos e das cópias autenticadas das atas da assembleia de cada sindicato ou federação que autorizar a filiação.
- (B) A qualquer federação é permitido, para o fim de lhes coordenar os interesses, agrupar os Sindicatos de determinado município ou região a ela filiados; concedido a União o direito de representação das atividades ou profissões agrupadas.
- (C) A carta de reconhecimento das federações será expedida pelo ministro do Trabalho, na qual será especificada a coordenação econômica ou profissional conferida e mencionada a base territorial outorgada.
- (D) As Confederações organizar-se-ão com o mínimo de 3 (três) federações e terão sede na Capital da República e seu reconhecimento será feito pelo ministro do Trabalho.

100. A petição inicial trabalhista é o instrumento pelo qual o interessado apresenta o seu conflito para ser dirimido pelos órgãos que compõem a Justiça do Trabalho. Com relação a esse instrumento, é correto afirmar que:

- (A) Exige breve exposição dos fatos, data, assinatura, valor da causa e farta fundamentação jurídica.
- (B) Pode ser verbal, porém, para isso, é necessário que seja reduzida a termo e assinada por um advogado ou pelo próprio sindicato representante da categoria.
- (C) A petição inicial apresentada pelos empregados e empregadores, pessoalmente, ou por seus representantes, e pelos sindicatos de classe será julgada extinta sem resolução do mérito.
- (D) Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.